

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DA CONCORRÊNCIA 011/2025 – SEDU/ES

Impugnante: Patrocínio, Torres e Nunes Advogados Associados, situado na R. Maranhão, nº 575, salas 716 e 717 – Centro Empresarial Praia da Costa, Torre Sul – Praia da Costa/ES – CEP: 29101-340, registrada sob o nº 16.225006-1427 na OAB/ES, representada neste ato por **Priscilla Nunes B. Torres**, OAB/ES 19.355.

I – DOS FATOS E FUNDAMENTOS

II.I) O ITEM 02.02.01 DA PLANILHA 02 – PREPARO MANUAL DE TALUDE, COMPREENDENDO ACERTO, RASPAGEM EVENTUAL DE ATÉ 0,30M DE PROFUNDIDADE E AFASTAMENTO LATERAL

Em relação ao item supracitado da planilha, a altura considerada de 0,30 m não atende a altura necessária de escavação para executar o muro conforme projeto, que é 6,15 m.

Considerando que a medida da altura atual *in loco* da base do prédio até nível do terreno atual onde vai ser locada a base do muro é de 4,00 m, ou seja, precisamos de escavar no mínimo uma média de 2,15 m de altura no terreno existente, conforme foto abaixo. O muro será executado no leito do rio, sugerimos enrocamento 0,60 m de matacão, abaixo do gabião saco, isto se dá porque 0,60m de gabião saco é pouco provável estabilizar a base para o muro.





II.II) FECHAMENTO LATERAL DO MURO DE GABIÃO

Faltou o item de fechamento lateral do muro de gabião para conter o aterro existente na planilha.

A questão é por demais óbvia, não havendo maiores digressões necessárias.

II.III) ITEM 03.01.01

A respeito dos itens 03.01.01- *Gabião caixa, h=1,0m, Strong Face Polimac 80 / 489, malha 8x10-2.7 ref.: Maccaferri ou equivalente, inclusive pedra de mão rachão*, 03.01.02- *Gabião colchão 6,00x2,00x0,17m , Strong Face Polimac 80 / 489, malha 8x10-2.7 ref.: Maccaferri ou equivalente* e 03.01.03 *Gabião saco 4,00x0,65m , Strong Face Polimac 80 / 489, malha 8x10- 2.7 ref.: Maccaferri ou equivalente*, da planilha 2, não foram considerados na sua composição:



- ✓ Transporte da pedra de mão até o local da obra da pedreira de Ibatiba que é 50km;
- ✓ Carregamento das pedras de mão para dentro da Tela do Gabião.

A questão é por demais óbvia, não havendo maiores digressões necessárias.

II.IV) BOMBA E ENSECADORA

Considerar o item bomba e ensecadeira para execução da base do muro de Gabião, sem as quais são impossíveis a realização do trabalho. Neste sentido faz-se necessário acrescentar.

II.V) ITEM 3.2 E SEGUINTE, CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL

O edital em exame (item 3.2 e seguintes, Capacidade Técnico-Operacional) prevê a possibilidade de comprovação da capacidade técnico-operacional mediante apresentação de Atestados de Capacidade Técnica ou Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitidos em nome de profissionais.

Contudo, essa previsão viola frontalmente o disposto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, que distingue, de forma clara, os requisitos de:

Capacidade técnico-operacional: aptidão da pessoa jurídica em executar obras/serviços de características semelhantes.

Capacidade técnico-profissional: aptidão do(s) profissional(is) responsável(is) tecnicamente pela execução do objeto.

Além disso, a Resolução CONFEA nº 1.137/2023, em seu art. 53, estabelece que a comprovação da experiência da pessoa jurídica se faz exclusivamente por meio da Certidão de Acervo Operacional (CAO), emitida em nome da empresa, a partir das Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) dos contratos por ela executados.



Já a CAT (Certidão de Acervo Técnico) é instrumento próprio e exclusivo para comprovação da experiência de profissionais, não podendo ser utilizada como documento hábil para atestar a experiência da empresa.

Observa-se que em caso similar o tema já foi enfrentado o tema no município de Rio Novo do Sul e obtiveram-se êxito na mudança editalícia, senão vejamos (ANEXO):

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitação

pleiteia a retificação do instrumento convocatório, com a inclusão obrigatória da referida certidão.

Analizando o questionamento, o Engenheiro Municipal manifestou-se no sentido de que a observação quanto à ausência de exigência da CAO é tecnicamente procedente e merece acolhimento, especialmente diante da atual normatização aplicável às contratações públicas que envolvem obras e serviços de engenharia. Veja-se:

“A observação trazida quanto à ausência de exigência da Certidão de Acervo Operacional (CAO) está tecnicamente correta e merece acolhimento, especialmente considerando o atual regramento normativo aplicável às contratações públicas que envolvem serviços ou obras de engenharia.

De fato, embora a Lei nº 14.133/2021, em seu art. 67, não mencione expressamente a CAO, ela prevê a exigência de documentação que comprove a capacidade técnico-operacional da empresa, especialmente por meio de certidões ou atestados que demonstrem experiência anterior em serviços similares, de complexidade equivalente ou superior.

Complementando a norma legal, a Resolução CONFEA nº 1.137/2023, de recente publicação, regulamentou no âmbito do Sistema CONFEA/CREA a emissão da CAO como instrumento oficial para comprovação da experiência da pessoa jurídica (empresa), especialmente nos casos em que o profissional responsável técnico pela execução da obra ou serviço não integra mais o seu quadro.

A mencionada resolução, portanto, não cria uma nova exigência, mas padroniza e dá validade formal ao meio de prova da qualificação técnico-operacional, alinhando os procedimentos dos Conselhos Regionais de Engenharia com as diretrizes legais da nova Lei de Licitações.

Dessa forma, a ausência da exigência da CAO pode comprometer a efetividade da análise da qualificação técnica das licitantes, razão pela qual será acatada a sugestão de revisão do item da comprovação técnica do edital, com a inclusão da exigência da CAO, nos termos da Resolução CONFEA nº 1.137/2023, sempre que os atestados forem utilizados para comprovar a experiência da empresa em obras e serviços de engenharia.”

Diante da manifestação técnica acima, bem como da relevância da CAO como instrumento de autenticidade e validação das experiências técnicas declaradas, acolhe-se a impugnação neste



Portanto, ao admitir a CAT como meio de comprovar a capacidade técnico-operacional, o edital mistura os institutos jurídicos distintos (CAO e CAT), devendo ser retificado neste sentido.

II.VI) INCOERÊNCIA DOS ITENS 3.2.6 E 3.7.3.1.

A cláusula 3.2.6: exige comprovação de 175 m³ de gabião caixa, 161,32 m² de gabião colchão e 44,46 m³ de gabião saco se traduz em exigência desprovida de justificativa técnica e ilegal, pois restringe a competitividade, em afronta ao art. 67, §1º, da Lei nº 14.133/2021 e aos princípios da isonomia e razoabilidade (art. 11 da mesma lei e arts. 5º e 37 da CF).

Neste sentido consultamos empresa reconhecida capacidade técnica para comprovar que quem produz qualquer tipo de muro gabião sabe fazer em suas diversas modalidades, senão vejamos a clareza do informe técnico (anexo):





Jundiaí, 19 de junho de 2024

INFORME TÉCNICO

Execução de Gabiões tipo Caixas, Colchões e Sacos

Razão Social: Patrocínio, Torres e Nunes Advogados Associados
Registro OAB: 16.225006-1427 na OAB/ES
E-mail: advogados@patrociniorresenunes.com.br
Endereço da Obra: R. Maranhão, n 575, SL 716 e 717 - Centro Empresarial
Praia da Costa Torre Sul - Praia da Costa - ES - CEP: 29101-340

Prezados Senhores (as):

Para os devidos fins necessários, esse informe técnico tem como objetivo registrar que os produtos Gabião tipo Caixa, Gabião tipo Colchão e Gabião tipo Saco, seguem a mesma premissa executiva, conforme descrito abaixo.

No processo de pré-montagem, deve-se realizar o desdobramento da peça próximo ao local de instalação e realizar as amarrações das laterais com os arames de mesma composição das malhas do gabião. Esse processo faz com que a peça fique no formato de prisma (para os gabiões Caixa e Colchão) ou cilíndrico (para o gabião tipo Saco).

Concluída a pré-montagem, é realizado a montagem dos gabaritos que serão utilizados para a execução dos gabiões, para que eles tenham a menor deformação possível e mantenham a geometria dentro do desejado.

Em seguida, os gabiões são posicionados no local que será a contenção conforme projeto, estudo de viabilidade e/ou planta de camadas, sendo então preenchidos com o rachão selecionado com diâmetro aproximadamente de 1,5 vez maior que abertura da malha. Durante o preenchimento, deve ser realizado os tirantes internos para evitar deformações após retirada dos gabaritos.

No caso do gabião tipo Saco, é possível ainda realizar a montagem e seu preenchimento afastado da posição final, onde posteriormente é realizado o seu içamento até o posicionamento definitivo na obra.

Além disso, nos pontos de contato entre os elementos de gabião, deve-se realizar a mesma amarração de união entre eles para que se torne uma estrutura monolítica e estável.

Em resumo, os gabiões de tipo Caixa, tipo Colchão e tipo Saco, seguem o mesmo método construtivo, com destaque para os procedimentos de a amarração, preenchimento e união entre eles.

Da incoerência do item 3.7.3.1: o edital exige que o responsável técnico (Engenheiro Civil ou Arquiteto) comprove experiência apenas na execução de muro tipo gabião, enquanto da empresa se exige comprovação em todos os tipos de gabião (caixa, colchão e saco).



Desta feita, salta aos olhos que a capacidade da empresa deve se distinguir da capacidade do responsável técnico apenas quanto à dimensão da execução, e não em relação à sua aptidão operacional. Isto porque a efetiva capacidade operacional da empresa não se mede por eventuais dificuldades, mas sim pela comprovação técnica a cargo do responsável habilitado.

Temos, portanto, que a incoerência revela contradição e restrição indevida, pois quem executa muro tipo gabião possui plena capacidade de executar colchão e saco, já que não há diferença de amarração, apenas de geometria. Esse entendimento é corroborado pelo **Informe Técnico da especializada empresa SOTIN Soluções Técnicas (doc. anexo)**, que atesta que os três tipos de gabião seguem o mesmo método construtivo.

III – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

- **Art. 37, XXI, da CF:** veda restrições indevidas e assegura igualdade entre licitantes.
- **Art. 11 e art. 67 da Lei nº 14.133/2021:** exigências devem ser proporcionais, limitadas às parcelas de maior relevância, distinguindo capacidade técnico-operacional da empresa e técnico-profissional do responsável.
- **Resolução CONFEA nº 1.137/2023:** a comprovação da experiência da empresa deve ser feita por CAO.

IV – DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se:

1. O acolhimento da presente impugnação;
2. A retificação do edital, com:
 - correção da planilha orçamentária, incluindo os itens II.I, III. II.III e II. IV;



- exclusão da CAT como meio de comprovação da capacidade técnico-operacional, exigindo-se a CAO, nos termos da Resolução CONFEA nº 1.137/2023;
- revisão da cláusula 3.2.6 para exigir apenas execução de muro tipo gabião;
- a retificação do item 3.7.3.1, para que a comprovação de execução de muro tipo gabião seja considerada suficiente tanto para o responsável técnico quanto para a empresa, de forma que a capacidade operacional desta última seja aferida nos mesmos parâmetros técnicos já exigidos do responsável habilitado, diferenciando-se apenas quanto à proporcionalidade de quantidades. Tal adequação afasta a restrição desarrazoada e desproporcional atualmente prevista, harmonizando as exigências e garantindo pertinência entre a comprovação técnica e a real capacidade executiva necessária ao cumprimento do objeto licitado. Ademais, a correção proposta prestigia o princípio da competitividade, ampliando a participação de potenciais licitantes, em estrita consonância com os ditames da Lei de Licitações, que veda exigências restritivas ou desnecessárias ao caráter competitivo do certame.

3. A prorrogação dos prazos da licitação, caso necessário, para garantir ampla participação.

Nestes termos, pede deferimento.

Vitória/ES, 11 de setembro de 2025.

PRISCILLA NUNES B. TORRES
OAB/ES 19.355
Patrocínio, Torres e Nunes Advogados Associados

